FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 23/11/2024 - 05:59

**STF prevê julgar Bolsonaro sobre golpe em 2025 para evitar eleição**

Sessão plenária do Supremo Tribunal Federal Andressa Anholete - 12.jun.24/Divulgação STF

# STF prevê julgar Bolsonaro sobre golpe em 2025 para evitar calendário eleitoral

Prazo para análise do caso na corte ainda depende de avaliação do relatório final da Polícia Federal pela Procuradoria-Geral da República

Cézar Feitoza

BRASÍLIA Ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) avaliam que o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), de militares e aliados deve ocorrer no primeiro semestre de 2025 para evitar que os casos se arrastem até as eleições presidenciais de 2026.

A leitura de três ministros e auxiliares ouvidos pela **Folha** sob reserva é que o fim dos processos no próximo ano é relevante para evitar o prolongamento das discussões sobre as investigações.

Ainda são bem vistas no STF as ideias de dar uma resposta definitiva para o caso antes do pleito de 2026 e o início do cumprimento de eventuais penas antes do início do processo eleitoral.

A Polícia Federal encerrou nesta quinta-feira (21) as investigações sobre os planos golpistas elaborados por Bolsonaro e aliados para reverter o resultado das eleições presidenciais de 2022.

O relatório final da investigação foi enviado ao ministro Alexandre de Moraes. São cerca de 800 páginas que indiciam 37 pessoas pelos crimes de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado e organização criminosa.

Moraes vai analisar os documentos neste fim de semana. Depois, enviará o parecer da PF para análise da PGR (Procuradoria-Geral da República), órgão responsável por decidir se denuncia ou não os investigados.

Auxiliares de Paulo Gonet, chefe da PGR, disseram que não há prazo para conclusão da análise do relatório da Polícia Federal. Segundo a coluna Mônica Bergamo, isso só irá ocorrer em 2025.

A equipe de Gonet lembra que a Procuradoria pediu em todas as investigações anteriores envolvendo Bolsonaro diligências adicionais da PF, para esclarecimento de pontos específicos.

A PGR também pretende unir o relatório final sobre a articulação do golpe de Estado a outras investigações já encerradas pela PF e enviadas ao órgão —como a venda das joias para benefício de Bolsonaro e a falsificação na carteira de vacinação do ex-presidente e de seus familiares.

Para Gonet, os casos podem estar relacionados, e a análise conjunta vai permitir uma contextualização mais precisa dos fatos.

O relatório final da Polícia Federal concluiu que Bolsonaro participou de uma trama para impedir a posse de Lula (PT). Os indícios já são conhecidos desde o início do ano, quando a PF revelou, com base em provas e na delação do tenente-coronel Mauro Cid, que o ex-presidente teria apresentado aos chefes das Forças Armadas uma proposta de golpe de Estado.

O comandante da Marinha da época, almirante Almir Garnier, colocou as tropas à disposição do golpe de Bolsonaro, segundo a PF. O relato foi confirmado pelos chefes do Exército, general Freire Gomes, e da Aeronáutica, Baptista Júnior.

Além das minutas de decreto golpistas e da tentativa de arregimentar as Forças Armadas para uma nova ruptura institucional, a Polícia Federal revelou que militares do Exército elaboraram planos de assassinato de Lula, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do ministro Moraes.

De acordo com os investigadores, Bolsonaro sabia do plano formulado pelo general da reserva Mário Fernandes. O militar integrava o governo, com cargo importante no Palácio do Planalto, e se encontrou com o então presidente dias após imprimir o planejamento criminoso e juntar oficiais do Exército dispostos a cometer o atentado.

Segundo a PF, o plano chegou a ser colocado em prática. No dia em que Moraes seria alvo dos militares, em 15 de dezembro de 2022, os oficiais já a postos decidiram cancelar a missão. "Abortar... Áustria... volta para local de desembarque... estamos aqui", disse um dos envolvidos no atentado para os demais militares em um aplicativo de mensagens.

Das 37 pessoas indiciadas nesta quinta, 25 são militares das Forças Armadas. A lista inclui sete oficiais-generais —um da Marinha e seis do Exército.

Os generais do Exército alvos da Polícia Federal são, em maioria, oficiais que chegaram até o último posto da carreira, com quatro estrelas sobre o ombro. São eles Walter Braga Netto, Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Estevam Theophilo.

Os outros dois generais não alcançaram o Alto Comando da Força. Um deles era o general de brigada (duas estrelas) Mário Fernandes, que foi para a reserva em 2021 e assumiu cargo no governo Jair Bolsonaro. Outro é Nilton Diniz Rodrigues, também duas estrelas, que era auxiliar direto do comandante Freire Gomes quando os apelos golpistas se intensificaram no Comando do Exército.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Política **Caderno:** A **Pagina:** 6

Copyright © Clipclap 2025.